

Posição política prevaleceu

Washington — O difícil processo de convencimento do governo americano, essencial para uma vitória no Clube de Paris, foi completado em duas etapas. A primeira começou em setembro do ano passado, com o encontro Sarney-Reagan, na Casa Branca. Os dois presidentes estabeleceram uma boa relação pessoal desde o início de sua reunião, graças à discussão franca das posições dos dois países, criando um clima propício para que seus mais importantes assessores reabrissem num nível mais alto as negociações sobre a dívida e divergências de natureza comercial, os mais importantes da agenda bilateral. Os três membros da equipe econômica brasileira avançaram esses contatos na reunião do Fundo Monetário Internacional, no início de outubro.

Na época, Funaro esforçava-se para vencer seus interlocutores a reescalonar apenas os atrasados da dívida vencidos em 1985 e 86 sem um acordo prévio com o FMI. Mas o encarregado de assuntos internacionais do Departamento do Tesouro, David Mullford, foi enfático quando perguntado a respeito da pretensão brasileira: "Não, não, não e não", afirmou ele.

Funaro não desanimou. Nos meses seguintes, trocou várias cartas tanto com o secretário do Tesouro James Baker III quanto com o presidente do banco central americano, Paul Volcker, e também falou com ambos pelo telefone, em diversas oportunidades.

O que parece ter feito a diferença foi o relatório muito favorável feito pela equipe do Fundo Monetário Internacional a respeito da situação econômica brasileira e da política econômica. O documento registrou os esforços feitos pelo governo Sarney no decorrer do ano e fez algumas recomendações de ajustamentos, muitas das quais foram gradualmente atendidas.

Na segunda semana de dezembro, o ministro da Fazenda conseguiu vislumbrar a primeira luz no longo túnel escuro pelo qual caminhara com persistência missionária. Numa visita de surpresa a Washington ele teve longa conversa com Volcker e saiu dela convencido de que, finalmente, alcançara seu objetivo. Num encontro com jornalistas em Nova Iorque, logo depois, o ministro da Fazenda foi muito cuidadoso para não cantar vitória antes da hora. Um porta-voz do tesouro americano encarregou-se de confirmar a mudança da posição dos Estados Unidos. O governo americano é detentor de 35% da dívida brasileira com o Clube de Paris. Ao flexibilizar sua posição, Washington puxou todos os demais credores ainda relutantes, alguns dos quais pouco importantes mas insistentes numa posição dura, como a Holanda.

Mas para esses duros o Brasil não demorou a mostrar alguns de seus trunfos. Jacques

de Larosière, o diretor-gerente do FMI, havia pedido demissão de seu cargo e havia dois concorrentes para substituí-lo. O mais forte era o ministro da Finanças da Holanda, Ono Ruding, conhecido pela inflexibilidade monetarista e que segundo um brasileiro, "já havia latido muitas vezes na nossa direção". O outro era o presidente do Banco da França, Michel Camdessus, que demonstrara grande simpatia em relação às reivindicações brasileiras em várias ocasiões. As reuniões do FMI para discutir as duas candidaturas foram presididas pelo membro mais antigo da diretoria da organização, o representante do Brasil, Alexandre Kafka. Ele foi à forra. Fez o possível para convencer seus colegas a votar em Camdessus e quando o francês foi escolhido houve comemoração em Brasília. O governo Sarney acabava de ganhar um importante aliado no Fundo Monetário.

Mas esses avanços na frente externa foram compensados pelo surgimento de novos problemas internos no Brasil. Para manter abastecidos os grandes centros de consumo do país, o governo havia cancelado exportações e feito substanciais importações tanto de alimentos quanto de consumos e equipamentos industriais. Além disso, contando com uma maxidesvalorização, muitos exportadores adiaram embarques para o exterior e importadores aceleraram as compras de seus supridores estrangeiros. O resultado foi uma súbita deterioração da balança comercial e uma queima de reservas de divisas estrangeiras.

Para não aumentar sua vulnerabilidade, o governo decidiu reduzir as transferências de recursos para o exterior. Em vez de pagar juros atrasados referentes a 1985 e 86, bem como os montantes que fossem vencer no primeiro semestre deste ano, era necessário jogar mais para a frente esses compromissos. O Brasil fez então uma reivindicação mais ambiciosa do que a atendida em dezembro. Em vez de apenas reescalonar o principal da dívida do Clube de Paris, pediu algo que os credores tinham afirmado que não dariam — reescalonar juros atrasados, inclusive juros de mora, e também a dívida a vencer, sem nenhum acordo com o FMI.

Para o governo Reagan, o atendimento do pedido brasileiro representava abandono de vários princípios. Uma vez abertas exceções, argumentaram alguns ministérios, outros países devedores fariam exigências iguais e seria difícil resistir. Se dependesse dos funcionários de segundo escalão, a resposta a Bracher seria um "não". Mas o Brasil é um país grande, argumentaram os representantes do Departamento de Estado nas longas reuniões do grupo interministerial. Decidiram transferir a decisão para um nível mais alto.